

Considerações Finais

A proposta dessa dissertação foi identificar e analisar a inserção do Cinema Educativo na Escola Primária Paulista, no período de 1933 a 1944. Este estudo pretendia, ainda, entender a forma pela qual o Cinema Educativo contribuiu para a configuração da cultura escolar paulista, destacando os estudos sobre a história da escola primária, inovação educacional e circulação de modelos pedagógicos.

No primeiro capítulo discorreu-se sobre a presença do Cinema Educativo no Brasil, no qual procurou-se trazer à baila os embates educacionais que permearam o momento de organização da cinematografia educativa, em especial o movimento escolanovista e a participação da Igreja Católica. Percorreu-se por produções especializadas, como a *Revista do Cinema Educativo*, órgão oficial da *Sociedade Cine Educativa Brasil Ltda.*, com o intuito de reconhecer os mecanismos de divulgação; tratou-se das Exposições Cinematográficas Educativas do Distrito Federal e São Paulo; verificou-se as estratégias utilizadas pelo Governo Vargas para a implementação do Cinema Educativo e a consolidação deste por meio da criação do Instituto Nacional de Cinema Educativo (I.N.C.E.).

No capítulo II, o olhar centrou-se na organização da cinematografia educativa no Estado de São Paulo, analisando as prescrições veiculadas nos dispositivos legais e nas normas administrativas. Utilizou-se, para isso, o *Anuário de Ensino do Estado de São Paulo (1935-36)*; os Relatórios das Delegacias de Ensino do Interior do Estado de São Paulo; as Leis e Decretos; *A Circular n.24: instruções sobre o Serviço de Rádio e Cinema Educativo (1934)*, publicação da Diretoria do Ensino de São Paulo, que dispôs sobre a organização e o funcionamento do Serviço em São Paulo.

Considerações Finais

Nesse capítulo constatou-se, ainda, que as revistas pedagógicas veiculavam propagandas de aparelhos cinematográficos, como foi o caso da *Revista Brasileira de Pedagogia*, RJ, com anúncios de projetores; a *Revista do Professor*, órgão do Centro do Professorado Paulista, que divulgava propagandas da Meister Irmãos e, ainda, a *Revista de Ensino* (1932), n.75, de Minas Gerais, com um anúncio publicado sobre equipamentos cinematográficos da Kodak.

No Capítulo III, “As práticas pedagógicas e o uso do Cinema Educativo como recurso de ensino: ‘construindo’ uma cultura escolar”, procurou-se entender o Cinema Educativo dentro de uma cultura escolar permeada por criações culturais produzidas pela relação entre sociedade e escola, emergindo do próprio funcionamento da instituição. Incorporou-se, também, os espaços, os tempos, a linguagem e a materialidade da escola. Dessa forma, observou-se as práticas escolares por meio da circulação de saberes e da inserção de novas técnicas.

Matizou-se, ainda, aspectos da materialidade, apresentando os problemas advindos da inovação; trabalhou-se com a classificação dos aparelhos de cinematografia fixa e animada, tendo por base a relação e descrição dos modelos apresentados pela Comissão da *1ª Exposição de Cinematographia Educativa*, realizada no Distrito Federal, em 1929, e veiculados no *Boletim de Educação Pública*, Ano 1, número 1, de janeiro a março de 1930, publicação Trimestral da Diretoria Geral de Instrução Pública do Distrito Federal.

Empenhou-se, em analisar algumas proposições de títulos de filmes educativos, além de sugestões de atividades (no *Relatório da Delegacia de Ensino de São Carlos, em 1933*; no *Anuário de Ensino do Estado de São Paulo 1935-1936* e no artigo do Prof. Galaor de Araújo intitulado “O cinema Educativo” publicado na *Revista Escola Nova*, vol. III, n° 3, São Paulo, julho de 1931) para se entender como se constituíam as práticas docentes impetradas pela adesão às novas tecnologias. Ainda, quanto às práticas, buscou-se identificar atividades sobre a utilização de imagens “em movimento” na educação, como o uso do “cineminha” na *Escola Caetano de Campos* e o

Considerações Finais

“Cinema de Laurita”, jogo infantil realizado por uma professora primária para o 1º ano, publicado na *Revista Brasileira de Pedagogia*, Ano I, Fevereiro, nº 1, 1934.

No conjunto dos “fazeres ordinários” (Chartier, 2000), tornou-se possível pensar o Cinema Educativo como um instrumento impulsionador da prática docente, adotado por alguns membros da classe, mas abandonado frente às dificuldades, como foi possível observar com as Reclamações tecidas acerca do Serviço de Cinema Educativo no interior, descritas nos Relatórios das Delegacias Regionais de Ensino.

Foram muitos os obstáculos encontrados durante a implementação e manutenção do Cinema Educativo nos Grupos Escolares do interior do Estado de São Paulo. Nos 67 relatórios lidos, ressaltavam-se as dificuldades na aquisição de filmes e recursos para a compra de equipamentos; problemas com a organização de programas “atraentes”; falta de salas e equipamentos apropriados, entre outros fatores. Os custos dos aparelhos foram sanados geralmente pelo recurso às Caixas Escolares ou a doações de particulares. No entanto, a necessidade de autorização da Diretoria para efetivação da compra por vezes retardava o processo.

Ao percorrer os discursos sobre os prós e contras ao emprego do Cinema Educativo recorreu-se às definições atribuídas à “Cultura Escolar” ou “Culturas Escolares” com o intuito de tecer caminhos em busca do que foi “apropriado” por aqueles que vivenciaram as práticas geradas com o uso do Cinema Educativo. Mas, como evidencia Certeau (1994), é muito difícil lidar com as práticas porque elas nem sempre deixam vestígios. Falar das práticas do Cinema Educativo implicou em desvendar, também, a produção material representada pelas indicações de formato específico para o filme escolar (16 mm); a indicação de projetores fáceis de serem manejados; salas dotadas de cadeiras apropriadas para não prejudicar a visão dos alunos, frente à tela de projeção; a circulação de filmes por meio de empréstimos entre a Filmoteca Central e Filmotecas Regionais; a designação feita por especialistas para a produção e seleção dos títulos.

Considerações Finais

Esses objetos e muitos outros, individuais e coletivos, necessários ao funcionamento da aula, trazem as marcas da modelação das práticas escolares, quando observados na sua regularidade. Mas portam índices das subversões cotidianas a esse arsenal modelar, quando percebidos em sua diferença, possibilitando localizar traços tanto de como os usuários operavam inventivamente com a profusão material da escola quanto das mudanças (Vidal, 2005, p. 65).

Entre táticas e estratégias (Certeau, 1994), está o professor constantemente se apropriando das normas e pondo em funcionamento os novos objetos. A inovação que perdura no cotidiano escolar torna-se “invisível”.

Ao se pensar o Cinema Educativo como um valioso componente empregado para a consolidação dos discursos de otimização do ensino, é possível destacar que o interesse não se finda no período delimitado para pesquisa, mas permanece no discurso educativo até os dias de hoje.

A *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, em 1944, divulgou o pronunciamento feito pelo Diretor do Instituto Nacional de Cinema Educativo¹, professor Roquete Pinto, por ocasião da visita do Presidente Getúlio Vargas a esse órgão. Tal pronunciamento tinha por objetivo elevar a qualidade dos “novos meios de aperfeiçoamento humano”, a saber: o cinema, a rádio, o disco e a televisão. Para Roquete Pinto, seria desanimador contar apenas com as cartilhas e os livros para a consolidação do “progresso espiritual e prático”. No discurso proferido pelo diretor consta a edição de 19.089 metros de filmes escolares e 10.917m de filmes de educação popular de 1936 a 1944.

Visto sob a perspectiva do ensino o Cinema Educativo, foi bem mais que uma estratégia política do governo para a difusão do nacionalismo. Ele expressou a propagação de uma cultura específica resignificada além dos muros escolares:

O leitor caça em terras alheias, demarca com os olhos, com o dedo, com o franzir das sobrancelhas, com o sorriso, seus caminhos em busca do sentido. Sob a contingência, sem dúvida, e no espaço próprio do texto, ele elabora – como quer ou como pode – sua leitura do texto: um novo texto. Existem

¹ ROQUETE PINTO, Edgard. Instituto Nacional de Cinema Educativo. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, vol III, nº 6, dezembro de 1944, pp. 429-431.

Considerações Finais

assim estilos de leitura, como existem estilos de lazer e de conversação (Chartier; Hébrard, 1998, p. 33).

Assim, também acontece com o leitor que se propõe a navegar por entre imagens, descobrindo, apropriando-se, criando, desvendando e recriando a cada nova cena...

Imagem em Movimento

Espontânea,
Quem atrever-se-ia impedi-la ?

De quadro em quadro
A senda é composta.

Perplexa,
Instigante,
Audaciosa,
Espaço sustentável
da inventividade
Harmônica.

Primavera, 29 de setembro de 2005
Ana Nicolaça Monteiro